

Setembro 2021

## NOVIDADES (FISCAIS)



### COVID-19 – Cooperação em matéria fiscal

Foi publicado, no Jornal Oficial da União Europeia C362/205, de 2021-09-8, a resolução legislativa do Parlamento Europeu, sobre a proposta de diretiva do Conselho que altera a Diretiva 2021/16/UE a fim de fazer face à necessidade urgente de diferir certos prazos para a apresentação e a troca de informações no domínio da fiscalidade devido à pandemia COVID-19.

[https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=uriserv%3AOJ.C\\_.2021.362.01.0205.01.POR&toc=OJ%3AC%3A2021%3A362%3ATOC](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=uriserv%3AOJ.C_.2021.362.01.0205.01.POR&toc=OJ%3AC%3A2021%3A362%3ATOC)

### Alteração do funcionamento do “IVAucher”

Foi publicado no Diário da República n.º 175/2021, Série I de 2021-09-08, o Decreto Regulamentar n.º 6-A/2021 que altera as condições específicas de funcionamento do programa “IVAucher”.

<https://dre.pt/application/file/a/171004653>

### IEC – Prazo de entrega da DIC

Foi divulgado, no Portal das Finanças, o despacho SEAAF n.º 275/2021-XXII, de 11/08 que estabelece o diferimento das obrigações tributárias em sede de IEC's.

[https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao\\_fiscal/legislacao/Despachos\\_SEAF/Documents/Despacho\\_SEAAF\\_275\\_2021.pdf](https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/legislacao/Despachos_SEAF/Documents/Despacho_SEAAF_275_2021.pdf)

### Linha de Apoio à Tesouraria para Micro e Pequenas Empresas

Foi publicado no Diário da República n.º 179/2021, Série I de 2021-09-14, a Portaria n.º 192-A/2021 que regulamenta a Linha de Apoio à Tesouraria para Micro e Pequenas Empresas.

<https://dre.pt/application/file/a/171310483>



## Emendas à Norma Internacional de Relato Financeiro 16

Foi publicado, no Jornal Oficial da União Europeia C 385/39, 2021-09-22, decisão do Parlamento Europeu de não oposição ao projeto de regulamento da Comissão que altera o Regulamento (CE) n.º 1126/2008 que adota determinadas normas internacionais de contabilidade nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, no que diz respeito à Norma Internacional de Relato Financeiro 16 (D067917/01 – 2020/2712 (RPS))

[https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=uriserv%3AOJ.C\\_.2021.385.01.0039.01.POR&toc=OJ%3AC%3A2021%3A385%3AATOC](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=uriserv%3AOJ.C_.2021.385.01.0039.01.POR&toc=OJ%3AC%3A2021%3A385%3AATOC)

## Coefficiente dos diversos tipos de arrendamento para vigorar no ano civil de 2020

Foi publicado no Diário da República n.º 186/2021, Série II de 2021-09-23, o Aviso n.º 17989/2021 que atualiza o coeficiente dos diversos tipos de arrendamento urbano e rural para vigorar no ano civil de 2022.

<https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/171775585/details/normal?q=Aviso+n.%C2%BA%2017989%2F2021>

## IVA – Possibilidade de regularização extraordinária de planos de flexibilização pendentes

Foi divulgado, no Portal das Finanças, o Despacho n.º 315/2021-XXII, do SEAAF, de 28/09, relativamente às adesões a planos de flexibilização pendentes, relativas ao IVA de junho e 2.º trimestre, efetuados ao abrigo do art.418.º da LOE2021 e do Despacho 215/2021-XXII, e que ainda se encontrem em fase de cobrança voluntária, o qual determina que seja possível regularizar de forma extraordinária os processos de adesão mediante a certificação por Contabilista Certificado quanto à classificação como micro, pequena ou média empresa a realizar até dia 1 de outubro, sem quaisquer acréscimos ou penalidades.

[https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao\\_fiscal/legislacao/Despachos\\_SEAF/Documents/Despacho\\_SEAAF\\_315\\_2021.pdf](https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/legislacao/Despachos_SEAF/Documents/Despacho_SEAAF_315_2021.pdf)

## Elaboração de faturas e localização de arquivo fora da UE

Foi divulgado no Portal das Finanças uma notícia sobre os pedidos para a elaboração de faturas e para a localização do arquivo fora da UE (referente ao Decreto-Lei n.º 28/2019, de 15 de fevereiro), na qual se divulgam os formulários tipo criados pela AT para efetuar os pedidos em causa.

[https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/destaques/Paginas/DL28\\_2019.aspx](https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/destaques/Paginas/DL28_2019.aspx)

## **COVID-19 – Alteração das medidas excecionais e temporárias**

Foi publicado no Diário da República n.º 190/2021, Série I de 2021-09-29, o Decreto-Lei n.º 78-A/2021, de 29 de setembro que altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19.

<https://dre.pt/application/file/a/171942863>

## **Situação de Alerta – Alteração**

Foi publicado no Diário da República n.º 190/2021, Série I de 2021-09-29, o Decreto-Lei n.º 135-A/2021, de 29 de setembro que altera as medidas no âmbito da situação de alerta.

<https://dre.pt/application/file/a/171942864>

## Instruções Administrativas

Ofício Circulado n.º	Data	Assunto
15852	06/09/2021	Regime Especial de Trânsito Simplificação relativa à sujeição das mercadorias ao regime de trânsito da União - Estatuto de Expedidor autorizado Automatização de processos/circuito (registo da garantia e da autorização de saída nas situações em que a declaração não é selecionada para controlo) Ref.ª: Ofício-circulado n.º 15782, de 2020/07/17
15857	24/09/2021	Taxas de câmbio para a determinação do valor aduaneiro
15854	10/09/2021	Registo de garantias globais no sistema informático SCA-Garantias
20235	23/09/2021	Prazo geral de entrega da modelo 3 do ano de 2020 e a obrigação prevista na alínea o) do n.º 3 do artigo 59.º da LGT.
60357	23/09/2021	Entrega da declaração modelo 3 do ano de 2020 - Dispensa de coima - Artigo 32.º do Regime Geral das Infrações Tributárias (RGIT)



## Acórdãos TJUE

Proc:	Data	Nome	Matéria	Assunto
C-169/20	2/09/2021	Comissão/ Portugal (Taxe sur les véhicules)	Código do Imposto sobre Veículos (CIV)	Incumprimento de Estado – Artigo 110.º TFUE – Imposições internas – Imposições discriminatórias – Proibição – Veículos usados importados dos outros Estados-Membros – Componente do imposto de registo calculada com base nas emissões de dióxido de carbono – Não consideração da desvalorização do veículo.
C-855/19	9/09/2021	Dyrektor Izby Administracji Skarbowej w Bydgoszczy	IVA	Reenvio prejudicial – Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) – Diretiva 2006/112/CE – Artigo 69.º – Exigibilidade do IVA – Aquisição intracomunitária de combustíveis – Obrigação de pagamento antecipado do IVA – Artigo 206.º – Conceito de “adiantamentos provisórios” – Artigo 273.º – Cobrança exata do IVA e luta contra a fraude – Margem de apreciação dos Estados-Membros.
C-100/20	9/09/2021	Hauptzollamt B	IEC	Reenvio prejudicial – Fiscalidade – Tributação dos produtos energéticos e da eletricidade – Diretiva 2003/96/CE – Artigo 17.º, n. 1, alínea a) – Reduções de impostos sobre o consumo de produtos energéticos e da eletricidade a favor de empresas com utilização intensiva de energia – Redução facultativa – Modalidades de restituição de impostos cobrados em violação de disposições do direito nacional adotadas com base numa faculdade concedida aos Estados-Membros nesta diretiva – Pagamento de juros – Princípio da igualdade de tratamento.
C-294/20	9/09/2021	GE Auto Service	IVA	Reenvio prejudicial – Harmonização das legislações dos Estados-Membros respeitantes aos impostos sobre o volume de negócios – Oitava Diretiva 79/1072/CEE – Artigos 3.º, 6.º e 7.º – Modalidades de reembolso do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) – Sujeitos passivos não estabelecidos no território do país – Recusa de reembolso do IVA pago – Documentos que justificam o direito ao reembolso – Não apresentação dos documentos justificativos nos prazos estabelecidos.

C-406/20	9/09/2021	Phantasialand	IVA	Reenvio prejudicial – Fiscalidade – Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) – Diretiva 2006/112/CE – Artigo 98.º – Faculdade de os Estados-Membros aplicarem uma taxa reduzida de IVA a determinadas entregas de bens e prestações de serviços – Anexo III, ponto 7 – Entradas em parques de diversões e em feiras – Princípio da neutralidade fiscal – Prestações realizadas por feirantes sedentários e por feirantes itinerantes – Comparabilidade – Contexto – Ponto de vista do consumidor médio – Prova pericial.
C-449/20	9/09/2021	Real Vida Seguros S.A.	Imposto sobre o rendimento	Reenvio prejudicial – Fiscalidade – Artigo 63.º TFUE – Livre circulação de capitais – Imposto sobre o rendimento – Dividendos auferidos com ações admitidas à negociação – Benefício fiscal reservado aos dividendos auferidos com ações admitidas à negociação no mercado bolsista nacional – Diferença de tratamento – Critério de diferenciação objetivo – Restrição – Artigo 65.º TFUE – Situações objetivamente comparáveis – Justificação – Objetivo de natureza puramente económica.
C-21/20	16/09/2021	Balgarska natsionalna televizia	IVA	Reenvio prejudicial – IVA – Diretiva 2006/112/CE – Âmbito de aplicação – Artigo 2.º, n.º 1, alínea c) – Prestação de serviços efetuada a título oneroso – Exclusão dos serviços de comunicação social audiovisual prestados aos telespetadores financiados por uma subvenção pública proveniente do orçamento de Estado sem contrapartida de uma taxa paga pelos telespetadores – Artigo 168.º – Direito a dedução – Sujeito passivo que efetua simultaneamente operações tributáveis e operações que não estão abrangidas pelo âmbito de aplicação do IVA.
C-186/20	30/09/2021	Hydina SK	IVA	Reenvio prejudicial – Cooperação administrativa e luta contra a fraude no domínio do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) – Regulamento (UE) n.º 904/2010 – Artigos 10.º a 12.º – Troca de informações – Fiscalização tributária – Prazos – Suspensão da fiscalização tributária em caso de troca de informações – Ultrapassagem do prazo imposto para comunicar as informações – Incidência sobre a legalidade da suspensão da fiscalização tributária.
C-299/20	30/09/2021	Icade Promotion SAS	IVA	Reenvio prejudicial – Fiscalidade – Sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) – Diretiva 2006/112/CE – Artigo 392.º – Regime de tributação da margem – Âmbito de aplicação – Entregas de imóveis e de terrenos para construção adquiridos para fins de revenda – Sujeito passivo que não teve direito à dedução no momento da aquisição dos imóveis – Revenda sujeita a IVA – Conceito de “terrenos para construção”.